

DOI: 10.35621/23587490.v12.n1.p1615-1632

ENTRE A AMPLIAÇÃO E A DESCONTINUIDADE DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI): UMA PERSPECTIVA DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

BETWEEN THE EXPANSION AND DISCONTINUITY OF THE UNIVERSITY FOR ALL PROGRAM (PROUNI): A PERSPECTIVE OF THE ARCHITECTURE AND URBAN PLANNING COURSE

Marina Almeida de Araújo (Autora)¹
Diêgo Claudino de Sousa Diniz (Orientador)²

Resumo: Introdução: No período da pandemia em 2020, o setor da Educação Superior no Brasil foi diretamente afetada pela crise sanitária bem como nos últimos anos pelos cortes de políticas públicas, a exemplo do número de bolsas concedidas pelo Programa Universidade para Todos, uma vez que estes desafios provocaram um cenário ínfimo do crescimento no número de matrículas. **Objetivo:** A pesquisa objetiva avaliar o impacto da oferta do ProUni nos cursos de arquitetura e urbanismo. **Metodologia:** A pesquisa transcorre por duas etapas: referencial bibliográfico e análise dos dados do Mapa do Ensino Superior, com foco da análise com recorte temporal entre 2018 e 2023. **Resultados:** As dificuldades em encontrar dados específicos sobre o curso de Arquitetura e Urbanismo, pode está relacionado a falta de dados *in loco* das instituições de ensino superior que oferecem esse curso, para contribuírem tanto na existência de trabalhos prévios discutindo essa temática, bem como fazer parte do panorama do cenário do Ensino Superior no Brasil. **Considerações Finais:** O conjunto de iniciativas estabelecidas pelo Governo tanto de Direita quanto de Esquerda nos últimos cinco anos foram vistas como um processo de desmonte das políticas públicas de educação superior, uma vez que o resultado na oferta do ProUni decresceu nos diversos cursos das Instituições de Ensino Superior nas regiões do país, por conseguinte, impactando nos objetivos do programa, no número de matrículas e no número de concluintes.

Palavras-Chave: Educação Superior; Políticas Públicas; Arquitetura e Urbanismo.

¹ Discente do Curso de Arquitetura do Centro Universitário Santa Maria - UNIFSM - Cajazeiras, PB. e-mail; 20162059026@fsmead.com.br.

² Docente do Curso de Arquitetura do Centro Universitário Santa Maria - UNIFSM - Cajazeiras, PB. e-mail; 000848@fsnead.com.br.

Abstract: Introduction: During the pandemic in 2020, the Higher Education sector in Brazil was directly affected by the health crisis as well as in recent years by cuts in public policies, such as the number of scholarships granted by the University for All Program, since these challenges led to a minimal growth scenario in the number of enrollments. **Objective:** The research aims to evaluate the impact of the ProUni offer on architecture and urban planning courses. **Methodology:** The research proceeds in two stages: bibliographic reference and analysis of data from the Higher Education Map, with a focus on the analysis with a time frame between 2018 and 2023. **Results:** The difficulties in finding specific data on the Architecture and Urban Planning course may be related to the lack of on-site data from higher education institutions that offer this course, to contribute both to the existence of previous work discussing this topic, as well as to be part of the panorama of the Higher Education scenario in Brazil. **Final Considerations:** The set of initiatives established by the Government, both Right and Left, in the last five years were seen as a process of dismantling public higher education policies, since the result in the offer of ProUni decreased in the various courses of Higher Education Institutions in the regions of the country, consequently, impacting the objectives of the program, the number of enrollments and the number of graduates.

Keywords: Higher Education; Public Policies; Architecture and Urban Planning.

INTRODUÇÃO

O setor da Educação Superior foi diretamente afetado por uma pandemia em 2020 sendo impactado pela crise sanitária no ano seguinte. Ainda que parte dos cursos de instituições de ensino superior tenham retomado as aulas presenciais nesse período, o ensino remoto ainda continuou presente e predominante na rotina de estudantes e docentes.

Nesse contexto, podemos entender que o cenário do ensino superior em 2021 teve crescimento no número de matrículas após um período anterior de ínfimo crescimento nesse setor (Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2023), uma vez que esse aumento foi vinculado ao avanço de alunos na modalidade, educação a distância (EAD). Com isso, as matrículas presenciais continuaram a cair, e com o decréscimo de alunos nessa modalidade, tem-se gerado preocupação no setor, já que implica na queda do número de jovens entre 18 e 24 anos ingressando em faculdades, centros universitários e universidades (Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2023).

No setor da educação superior brasileira, a predominância de instituições de ensino superior da rede privada conseguiu manter-se firme e com representatividade no número de matrículas, mesmo que parte dessas tenham sido migradas dos cursos presenciais para os da modalidade EAD, com mensalidades bem mais reduzidas (Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2023). Mesmo assim, o Mapa apontou que nessas modalidades, menos de 30% dos ingressantes concluíram seus cursos, percebendo-se nesses dados a importância da construção de políticas públicas de Estado eficientes para democratizar o acesso e permanência ao ensino superior e promover o desenvolvimento econômico e social de nosso país.

Além da pandemia, nos últimos anos tem-se outro desafio para muitos brasileiros no acesso ao ensino superior, como os cortes de políticas públicas, a exemplo do número de bolsas concedidas pelo Programa Universidade para Todos (ProUni), um dos principais programas governamentais de acesso para estudantes de baixa renda.

Diante desse cenário, são muitos os desafios encontrados pelas novas gerações de futuros profissionais, devido, também, a redução de bolsas do ProUni, com queda de 1,4 pontos percentuais, seguindo a tendência de decréscimo de 2018 a 2021, para auxiliar na conclusão do curso de graduação (Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2023). Partindo desse pressuposto, o objetivo geral deste estudo é avaliar o impacto da oferta do ProUni nos cursos de arquitetura e urbanismo. Tem-se como objetivos específicos: Discutir sobre a importância do Programa Universidade para Todos (ProUni) para o Ensino Superior, investigar sobre os impactos da oferta de bolsas do ProUni para a conclusão de estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo, e pesquisar sobre o número de matrículas nos cursos superiores no Brasil.

A relevância do presente estudo encontra-se, portanto, por não ter outros trabalhos discutindo a temática em relação ao curso de arquitetura e urbanismo, e ainda, pela importância em discutir sobre a inclusão, permanência e conclusão no ensino superior.

Para tanto, será estudado o aporte teórico sobre as Instituições de Ensino Superior no Brasil, o Prouni como Política Pública, e a presença dos cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil. Em seguida é apresentado a metodologia do presente trabalho, dos resultados, discussões e das considerações finais.

1 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: BREVE PANORAMA DE MATRÍCULAS (2019-2021)

O Ensino Superior no Brasil compreende cursos de graduação e de especialização *lato sensu e stricto sensu* (mestrado e doutorado) e é oferecido por instituições de ensino públicas e privadas. O Estado Brasileiro teve uma presença forte em todas as fases de expansão da educação no país, de maneira direta ou indireta, criando espaço para o crescimento do ensino superior, hoje predominantemente privado. Dentre esta predominância, está o acesso ao financiamento estudantil que tem mudado a realidade do ensino superior privado brasileiro, uma vez que este é considerado pelas IES privadas, como um dos

principais motivos que levam ao crescimento do número de matrículas (Silva; Piscopo; Serra, 2015).

Em virtude do impacto da pandemia da Covid-19 no país em 2020 causando uma queda de 5,8% no total de instituições de ensino superior, só em 2021 que o setor voltou a crescer com um aumento de 4,8% no total de IES. Destas, 87,8% das IES brasileiras foram mantidas no patamar do período anterior, com o crescimento da rede privada em 5,0%, contra 3,0% de aumento na rede pública (Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2023).

De acordo com a evolução do número de matrículas no ensino superior brasileiro, depois de um crescimento insignificante das matrículas de apenas 0,9% de 2019 para 2020, em 2021 voltou a apresentar, ainda que pequeno, um crescimento de 3,5%.

Segundo os registros do Mapa do Ensino Superior no Brasil (2023), 69,4% dos ingressantes em 2021 entraram em uma IES da rede privada em cursos presenciais. Mesmo detendo a maioria dos calouros, a rede privada apresentou uma nova perda de 20,3% de ingressantes em um segundo ano de pandemia. Já na rede pública, a queda foi de 6,1% em relação a 2020, registrando no setor um decréscimo de 16,4% de ingressantes em 2021.

Conforme o número de concluintes de cursos presenciais, no ano de 2021 houve uma queda de 4,1%, considerado um pouco abaixo comparado ao ano anterior de 2020 que foi de 6,0%. Essa queda na rede privada foi de 6,8% enquanto na rede pública foi de 5,9% (bem menos do que os 22,1% do período anterior), sabendo-se que 76,6% dos concluintes foram concentrados na rede privada (Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2023).

O Nordeste é detentor de 20,6% das matrículas do ensino superior de todo o país. No tocante a representatividade nas matrículas, o Estado da Paraíba com 43 IES, têm um número de 36.420 ingressantes em cursos presenciais, e se destacou segundo a pesquisa realizada pelo Mapa do Ensino Superior no Brasil (2023), com 118.080 matrículas e 16.283 concluintes. Nessa região, quanto a representatividade de matrículas a nível de Estado, a Paraíba detém 8,8%, e uma taxa de conclusão dos cursos presenciais da rede privada do total de 26,2%.

Ainda segundo o Mapa do Ensino Superior no Brasil (2023), na Paraíba a rede privada concentra 94,4% das matrículas na modalidade EAD, contra o índice de 45,4% nos cursos presenciais. Na Paraíba, 23,1 mil estudantes concluíram a graduação em 2021, sendo 29,4% em cursos EAD. “Nos cursos presenciais, houve queda de 1,5% de concluintes, com um leve aumento de 0,3% na rede privada. No EAD, houve crescimento de 58,9%: 57,4% na rede privada” (Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2023, p. 152).

No tocante ao Sertão Paraibano, onde tem-se lotados nove (9) IES, destacou que o dado de matrículas conforme o Instituto Semesp do Mapa do Ensino Superior no Brasil (2023), no ano de 2021, a rede privada concentrou 9.356, seguida de 9.214 da rede pública, chegando a um total de 18.570 matrículas no sertão. Dos cursos presenciais eram de apenas 15,79%, bem abaixo da modalidade EAD.

1.1 MATRÍCULAS NO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

De acordo com o Censo da Educação Superior (Brasil, 2019) em 2019, a rede privada de IES foi responsável por 75% das matrículas em cursos de graduação no Brasil, uma vez que essa proporção se manteve praticamente a mesma há dois anos anterior, ressaltando-se a implantação de uma série de políticas públicas de financiamento do ensino superior impostas a partir de 2005, o que garantiu a expansão do número de matrículas nas IES privadas (Monteiro, 2020).

Segundo Monteiro (2020) o reflexo dessas políticas públicas nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, fizeram com que o número de IES que oferecem cursos AU se multiplicassem entre os anos de 2010 e 2019. Conforme explica Monteiro, no final de 2019, existiam ainda 127 IES habilitadas no MEC, embora, com cursos não iniciados. Todavia, se em 2020 todos tivessem sido iniciados, haveria 805 IES oferecendo cursos de Arquitetura e Urbanismo, predominando a maioria em IES privadas.

O curso de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo está entre os cursos presenciais mais procurados do país, que apresentou um número de concluintes de

107.365 no período de 2017 a 2021. Na rede privada, este curso se destaca em terceiro lugar dos cursos presenciais, com um total de 90.600 matrículas, significando um percentual de 2,7%. Já na rede pública este detém um percentual de apenas 1,8% de matrículas (Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2023).

Conforme Beltrão (2020), no final de 2019 existiam 96.870 vagas oferecidas para ingressantes em cursos AU presenciais, dessas, somente 9.683 (10%) estavam em IES públicas. Em 2018, o total de estudantes matriculados em todos os cursos, em todos os anos, era de 159.825, sendo 137.575 (86%) em IES privadas e 22.250 (14%) em IES públicas. No entanto, nesse mesmo ano, 22.639 discentes se formaram em Arquitetura e Urbanismo.

2 O PROUNI COMO POLÍTICA PÚBLICA

Historicamente, a sociedade brasileira no que tange ao acesso à Educação Superior sempre esteve caracterizada predominantemente por camadas sociais mais altas. Destarte, destaca-se a importância do desenvolvimento de políticas públicas a fim de promover a inclusão de grupos até então excluídos desse nível do ensino, tendo em vista que, no contexto da globalização, um dos debates centrais é o potencial de inclusão das políticas sociais e sua relação com as políticas intereconômicas (Felicett; Batista; Kucybala, 2023).

De suma, ao considerar o acesso à Educação Superior, entende-se que é preciso levar em conta as condições existentes e propor políticas educacionais como sendo um direito de garantia para a trajetória educacional dos estudantes, independentemente de suas origens sociais. “A Educação Superior tem papel fundamental, visto que, ao garantir o acesso a ela de pessoas consideradas em “desvantagens iniciais”, está contribuindo para um espaço universitário mais equitativo.” (Felicett; Batista; Kucybala, 2023, p. 2). Para tanto, estão os programas de ações afirmativas, quer sejam eles para Instituições de Educação Superior (IES) públicas ou privadas.

Segundo as Políticas públicas de acesso à Educação Superior privada (Cury, 2005) foram discutidas visando à inclusão social (tratando de medidas compensatórias) na tentativa de equilibrar o acesso aos bens sociais, considerando o princípio da igualdade na escolaridade, bem como na inserção profissional mais qualificada. A exemplo do Programa Universidade para Todos (ProUni), cabe destacar os objetivos e a importância para a democratização do ensino superior.

O Prouni foi criado no governo Lula, em 2004, por meio da Medida Provisória nº 213/2004 (Brasil, 2004a), como uma das políticas de democratização do ensino superior no Brasil. A institucionalização desse programa teve início com o Projeto de Lei nº 3.582/2004 (Brasil, 2004b), que sofreu diversas modificações a partir de discussões envolvendo organizações associadas às instituições privadas de ensino superior, sendo instituído apenas com a Medida Provisória nº 213/2004 (Brasil, 2004a). Em 2005, foi redigida a lei complementar nº 11.096/2005 (Brasil, 2005), definitiva para o programa.

O programa teve como objetivo ampliar a entrada de alunos de baixa renda e da rede pública nas universidades, diminuindo as desigualdades educacionais. Vale destacar que o ProUni, não apenas garantiu bolsas aos estudantes nas vagas que já existiam, como possibilitou a expansão das instituições privadas de ensino superior através dos incentivos fiscais. Contudo, este programa conciliou a diminuição da desigualdade no acesso, com a ampliação das vagas, considerados estes como os dois pilares da democratização do ensino superior no Brasil, como um todo, pelo menos até 2014. Ampliação de vagas e focalização nas políticas de acesso (Diniz; Mattos, 2021).

As universidades privadas vêm recebendo um aumento gradativo no seu número de alunos, “as iniciativas como o ProUni buscam viabilizar o acesso e a permanência dos estudantes durante a graduação, impactam no aumento de números no Ensino Superior em todo o país” (Camargo, 2023, p. 20). Afirma ainda Camargo (2023), que inicialmente muitas Instituições de Ensino Superior observaram benefícios com a adesão ao programa, outras, em alguns anos, demonstraram receios para abrir suas vagas devido aos pagamentos que são efetuados pelo Governo.

Segundo o Relatório Trienal de Avaliação Institucional (2024) do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM), o acesso ao Ensino Superior continua sendo um

desafio para muitos brasileiros, principalmente, para jovens que buscam uma formação profissional como meio de melhoria para o seu bem-estar socioeducativo e financeiro. Ressalta ainda que, apesar das iniciativas do Governo Federal, como a oferta de vagas em universidades públicas, bolsas de 50% e 100% do ProUni para instituições privadas e outras políticas, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) público e privado, ainda assim, não são suficientes para atender plenamente às necessidades daqueles à margem da inclusão social (Relatório Trienal de Avaliação Institucional, 2024).

Em 2020, foram registradas mais de 8,6 milhões de matrículas, das quais 1,2 milhões foram de concluintes e 3,7 milhões de ingressantes em algum curso de graduação. Segundo os dados do Censo, o quantitativo de instituições de Educação Superior no Brasil era de 2.457, das quais 2.153 (87,6%) eram privadas e 304 (12,4%) públicas (Censo da Educação Superior, 2022).

As instituições privadas registraram 3,2 milhões de ingressantes, correspondendo 86% do total (Brasil, 2022), demonstrou diante de tais dados, a responsabilidade das IES privadas, para com a formação em nível superior no contexto brasileiro. Nesse sentido, políticas de ações afirmativas que oportunizem o acesso a esse contingente de IES são importantes devido ao alcance que elas têm. Nessa senda, o ProUni é um programa que tem papel relevante no que concerne ao acesso à Educação Superior. Dada a magnitude desse programa e a sua importância para o acesso ao ensino superior no Brasil. Para os autores Fontele e Crisóstomo (2016), o ProUni é visto como um programa que favorece a parceria público-privada no setor educacional.

3 CONTEXTO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL

O Brasil foi considerado um dos últimos países da América Latina a criar instituições de ensino superior, em que a primeira universidade brasileira teve seu desenvolvimento com a vinda da família real (Coelho; Vasconcelos, 2009).

Em 1816, foi criada a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios que, por conseguinte em 1820 transformou-se em Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, atualmente conhecida como Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi considerada como a segunda mais antiga, fundada em 1877 junto com a Academia de Belas Artes (UFBA, 2020). Em 1917 surge o curso de Arquitetura Mackenzie vinculado a Escola de Engenharia em 1896 de iniciativa privada alternativa à Escola Politécnica de São Paulo. Nessa escola se formavam Engenheiros-Arquitetos renomados no cenário nacional, como Oswaldo Bratke e Eduarco Kneese de Melo, e seus diplomas, reconhecidos pela Universidade do Estado de Nova York (até 1927) pela escola de São Paulo ao ganhar autonomia acadêmica (Zanatto; Guadanhim, 2024).

Segundo as IES privadas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, em 2019 o sistema e-MEC do Ministério da Educação apresentava 772 escolas AU em atividade registradas, sendo que 32 destas eram à distância. Já entre as 740 presenciais registradas no MEC, 65 delas eram públicas e 675 particulares. Para tanto, as consideradas melhores faculdades privadas de arquitetura e urbanismo no Brasil são: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Pontifícia Universidade do Paraná (Diula, 2024).

A nível de região, o Nordeste é detentor de 20,6% das matrículas do ensino superior de todo o país. No tocante as Faculdades privadas nessa região oferecendo o curso de Arquitetura, estão: Centro Universitário Maurício de Nassau (Uninassau), Centro Universitário Fametro (Unifametro), Centro Universitário INTA (Uninta), Centro Universitário de João Pessoa (Unipê), Universidade Salvador (UNIFACS), Universidade UniCeuma, Centro Universitário UniFanor, Centro Universitário Uniesp (Blog do Pravalor, 2024), o Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM), entre outras.

Quanto a representatividade nas matrículas no Nordeste, o Estado da Paraíba com 43 IES, têm um número de 36.420 ingressantes em cursos presenciais, e se destaca segundo o Mapa do Ensino Superior no Brasil (2023), pelo número de matrículas (de 118.080) e de concluintes (16.283), representando 8,8%, com uma taxa de conclusão dos cursos presenciais da rede privada de 26,2%. Segundo os dados

do Mapa do Ensino Superior no Brasil (2023), nesse Estado, a rede privada concentrou 94,4% das matrículas na modalidade EAD, contra o índice de 45,4% nos cursos presenciais. Em cursos presenciais (2020 e 2021) essas foram reduzidas 0,5%: 5,6% na rede privada, predominando a modalidade à Distância, quando foram egressados 43,8% dos calouros só em 2021. O mesmo ingresso significativo não ocorreu nos cursos presenciais, uma vez que, houve queda (7,7%) nesse número de ingressantes: 13,5% na rede privada. Ressalta-se que no EAD, o aumento foi de 14,9%: 13,3% nas IES privadas. Na PB, 23,1 mil estudantes concluíram a graduação em 2021, sendo 29,4% em cursos EAD. Nos cursos presenciais, houve queda de 1,5% de concluintes, com um leve aumento de 0,3% na rede privada.

Para tanto, representando uma parcela das IES privadas que oferece o curso de Arquitetura e Urbanismo no Estado da Paraíba, está o Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM) no município de Cajazeiras (sertão paraibano) que também apoia políticas de atendimento aos discentes, com adesão ao Programa Universidade Para Todos (ProUni), concedendo bolsas de estudos aos discentes (Relatório Trienal de Avaliação Institucional, 2024).

O Centro Universitário Santa Maria faz parte das IES existentes no Sertão da Paraíba, e conforme o Instituto Semesp do Mapa do Ensino Superior no Brasil (2023), o número de matrículas em 2021 concentrou 9.356, seguida de 9.214 da rede pública, chegando a um total de 18.570 matrículas no sertão. Dentre os que representam a rede privada, conforme o comparativo do Programa ProUni na UNIFSM, em 2021, 378 discentes tiveram acesso ao programa. Em 2022, foram contemplados 417, e em 2023, apenas 91 discentes acessaram o programa. Segundo ainda a UNIFSM em 2023, o curso de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo teve 164 discentes matriculados (UNIFSM, 2021-2023).

No Brasil, segundo o Mapa do Ensino Superior no Brasil (2023) o curso de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, no período de 2017 a 2021, 107.365 discentes de graduação concluíram o curso. Mesmo seguindo com altas taxas de evasão no Ensino Superior, destaca-se que as universidades privadas têm maiores índices de concluintes.

4 MÉTODO

A pesquisa transcorre por duas etapas metodológicas: referencial bibliográfico e análise dos dados do Mapa do Ensino Superior. Contudo, o foco da análise segue recorte temporal entre 2018 e 2023, que se justifica por ser uma pesquisa realizada durante o graduação da autora.

Para o levantamento bibliográfico realizou-se a seleção de publicações por meio de uma busca de materiais já existentes como livros, monografias, dissertações, artigos científicos e documentos oficiais nas plataformas eletrônicas: Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando-se da busca avançada por meio das palavras-chave: ProUni, programas institucionais, políticas públicas de educação, arquitetura e urbanismo.

A coleta de dados realizou-se a partir de dados específicos sobre a situação do Ensino Superior referentes ao número de matrículas, bolsas e financiamentos, ingressantes e concluintes, disponíveis no Mapa do Ensino Superior no Brasil. Para a análise dos dados, reuniu-se todas essas informações que foram analisadas junto ao referencial bibliográfico, observando-se a relação lógica entre alguns dados que pudessem explicar comportamentos ou tendências ao longo do recorte proposto.

5. IMPLICAÇÕES DO PROUNI NA CONCLUSÃO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

5.1 AMPLIAÇÃO DO PROUNI

Segundo o Censo da Educação Superior - CES (INEP, 2018) identificou que a distribuição de bolsistas ProUni nas unidades da federação teve um total de 180.256 de beneficiários do Programa ProUni em 2017. Desse quantitativo, 45% dos

estudantes bolsistas eram de universidades, 27,9% eram de centros universitários e 27,2% de faculdades. Em relação às regiões onde ocorrem maiores quantidades de bolsistas, destacam-se as Regiões Sudeste (42,1%) e Sul (30,8%), incorporando a maior parte das instituições privadas do país (Lima, 2020).

A oferta de bolsas do ProUni em 2018 de forma integral e parcial teve percentual de 6,3%; em 2019 (5,8% integral/parcial); em 2020 (4,0% integral/parcial); e em 2021 apenas (2,6% integral/parcial), ou seja, o programa apresentou uma queda de 3,7% ponto porcentual, seguindo a tendência de decréscimo de 2018 a 2021 para auxiliar na conclusão do curso de graduação. No primeiro semestre de 2023, foram ofertadas 291 mil bolsas em 14.346 cursos de graduação de 995 instituições privadas de ensino superior em todos os Estados e no Distrito Federal (Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2023).

Dos números de bolsas oferecidas de forma integral e parcial (50%) nas instituições particulares de educação superior (Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2023) em 2018 foram oferecidas um total de 433, destas (197 integrais, 236 parciais); em 2019 essa oferta foi de 416 (187 integrais, 229 parciais); em 2020 foram 419 bolsas (182 integrais, 237 parciais); em 2021 de 298 (148 integrais, 150 parciais); em 2022, 469 (295 integrais, 173 parciais); e em 2023, foram oferecidas apenas 291, sendo 213 integrais e 78 parciais.

Com base no Mapa do Ensino Superior no Brasil (2023), no Brasil, no primeiro semestre de 2023, foram ofertadas 291 mil bolsas em 14.346 cursos de graduação de 995 instituições privadas de ensino superior em todos os Estados e no Distrito Federal.

De acordo com Lima (2020), quanto ao grau acadêmico, os cursos de bacharelado receberam maior destaque percentual (65,9%) de estudantes ingressantes. Entre os cursos de bacharelado presenciais está o de Arquitetura e Urbanismo, com 3,794 de frequência, correspondendo 2,9% entre os 15 cursos com maior participação percentuais de bolsistas, pelo CES (INEP, 2018).

Conforme os dados do Relatório Parcial de Avaliação Institucional (2021) da UNIFSM, o número de discentes atendidos em 2020 pelo Programa ProUni foram 362, destes, 13,6% tiveram bolsa ProUni do tipo integral (CPA/FSM, 2021). No Relatório Trienal de Avaliação Institucional (2024) o comparativo desse Programa (incluindo os discentes de Arquitetura e Urbanismo) da UNIFSM no Estado da Paraíba, no ano de

2021 foi de 378 alunos com acesso ao programa. Em 2022, foi de 417 discentes, e em 2023, apenas 91 discentes. O relatório também apresentou mesma tendência de decréscimo na oferta do ProUni nos anos de 2021, 2022 e 2023, principalmente, neste último ano.

5.2 DESCONTINUIDADE DO PROUNI

Com a restrição dos gastos com educação, o desmonte sob a perspectiva orçamentária destacou-se no ensino superior, e, de forma ainda mais aguda, nos cortes de programas relacionados as políticas públicas, principalmente na oferta de bolsas e financiamentos estudantis não reembolsável, a exemplo das bolsas de estudo do Programa Universidade para Todos - ProUni (Couto; Rech, 2023).

Com o desmonte reconhecido durante os primeiros três anos do Governo Bolsonaro (2019-2021), com propostas orçamentárias as quais provocaram desmantelamento das políticas públicas de educação superior, acentuou a descontinuidade desse programa uma vez que os cortes expressivos, implicaram em dificuldades para as instituições, impactando fortemente todo o sistema de formação associados aos ataques às políticas de inclusão, as históricas desigualdades de acesso e de oportunidades educacionais, o desrespeito ao processo democrático das IES, o discurso permanente de desqualificação das instituições, considerando-as como perdulárias e de baixa produtividade, consolidando um cenário de contínua degradação das atividades (Araújo; Macedo, 2022).

Para especialistas financeiros do Semesp, a queda geral pelo ProUni foi estimada em 19,8% no número de ingressantes em cursos presenciais no ano de 2021. O motivo dessa queda de bolsas está ligado aos problemas financeiros das instituições causados pela pandemia, podendo ter levado as faculdades a não conseguir aderir ao programa. Com isso, tem levado a muitas desistências de alunos, comprometendo o fluxo de caixa das instituições para ofertar a bolsa. Para tanto, o resultado da escassez de vagas para bolsas (ABMES, 2021) significa o aumento das desigualdades entre jovens ricos e pobres. Nesse ínterim, sem oportunidades,

estudantes de baixa renda acabam buscando trabalho e abandonando os estudos e não concluindo os seus cursos.

De acordo com a ABMES (2021), o número de bolsas ofertadas pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) teve redução de 29,5% de quase 1/3 em um ano. Contudo, segundo dados do Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior - Semesp, o número de estudantes matriculados no ensino superior por meio do ProUni caiu 34% entre 2019 e 2023. Para a entidade, os motivos para essa redução se deve a não abertura de vagas remanescentes nas edições mais recentes, à mudança no critério de proporção de vagas e à necessidade de intensificar as campanhas de divulgação do ProUni.

O levantamento também mostra que os alunos do ProUni têm uma taxa de desistência de 41%, menor do que estudantes de instituições privadas sem o benefício, que é de 63%. Entre estudantes de universidades públicas, a desistência é de 53% (Cordeiro, 2024).

5.3 OFERTA DE BOLSAS DO PROUNI NO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Segundo as dificuldades em encontrar dados especificamente sobre o curso de Arquitetura e Urbanismo, pode está relacionado ao fato das instituições de ensino superior que oferecem esse curso, a de não agregar dados dessa natureza em seus processos avaliativos *in loco* de forma mais profunda, para assim, estes contribuirão tanto na existência de trabalhos prévios discutindo essa temática especificamente em relação ao curso a partir do recorte temporal, bem como fazer parte do panorama do cenário do Ensino Superior no Brasil.

Ademais, os dados gerais de todos os cursos é uma abordagem quantitativa importante que subsidia entender todos os cursos com adesão ao ProUni para estudantes do ensino superior particular, e assim, também entender sobre o curso de Arquitetura e Urbanismo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa ProUni visa ampliar o ingresso de alunos, principalmente, de baixa renda e da rede pública nas universidades, diminuindo as desigualdades educacionais, além de garantir bolsas e possibilitar a expansão das instituições privadas de ensino superior através dos incentivos fiscais. O ProUni tem efeito positivo na conclusão da graduação de alunos bolsistas, podendo ser associada a uma chance maior de obtenção de emprego formal, comparado aos que concluem sem usufruírem do programa.

O conjunto de iniciativas estabelecidas pelo Governo tanto de Direita quanto de Esquerda nos últimos cinco anos foram vistas como um processo de desmonte das políticas públicas de educação superior, uma vez que o resultado na oferta do ProUni decresceu nos diversos cursos das IES nas regiões do país, por conseguinte, impactando nos objetivos do programa, no número de matrículas e no número de concluintes. Pode-se presumir com essa implicação, que esta descontinuidade do programa tem se alastrado desde os governantes anteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M. A. D.; MACEDO, M. N. O desmonte da educação superior no governo Bolsonaro. Relato Técnico, IX Encontro Brasileiro de Administração Pública, São Paulo/SP, 5 a 7 de outubro de 2022. Sociedade Brasileira de Administração Pública Brasil, 2022.

ABMES - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR. Prouni: bolsas diminuem quase 1/3 em um ano e oferta é a menor desde 2013. 2021. Disponível em: <<https://abmes.org.br/noticias/detalhe/4462/prouni-bolsas-diminuem-quase-1-3-em-um-ano-e-oferta-e-a-menor-desde-2013>>. Acesso em: outubro, 2024.

BELTRÃO, Kaizo. (org.). Evidências do ENADE e de outras fontes: mudanças no perfil do bacharel em arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, 2020. 94 p.

BRASIL. Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004a. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3582, de 2004b. Dispõe sobre a instituição do Programa Universidade para Todos - PROUNI, e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=225486&filename=EMP+110/2004+%3D%3E+PL+3582/2004>. Acesso em: novembro, 2024.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior. Brasília, DF: Presidente da República, (2005).

BRASIL. INEP/MEC. (org.). Censo da Educação Superior: notas estatísticas 2019. Brasília: Inep, 2019. 32 p. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/centro_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf>. Acesso em: outubro, 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.

CAMARGO, L. A. dos S. Uma análise da efetividade do programa universidade para todos (PROUNI) e o impacto de políticas públicas na redução da desigualdade social. (Projeto de Monografia) - Faculdade de Ciências Econômicas. Centro de Economia e Administração da Pontifícia. - Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2023, p. 46.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (CES), 2022. Disponível em: <[https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/centro-da-educacao-superior/resultados-do-censo-da-educacao-superior-2020-disponiveis#:~:text=Em%202020%2C%20mais%20de%208,no%20n%C3%ADvel%20educacional%20em%202020](https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/centro-da-educacao-superior/resultados-do-censo-da-educacao-superior-2020-disponiveis#:~:text=Em%202020%2C%20mais%20de%208,no%20n%C3%ADvel%20educacional%20em%202020.)>. Acesso em: dezembro, 2024.

COELHO, S. S.; VASCONCELOS, M. C. C. A criação das instituições de ensino superior no Brasil: o desafio tardio na América Latina. In: IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 2009, Florianópolis. Anais do IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis: UFSC, v. 1. p. 1-22, 2009.

CORDEIRO, Mirella. CNNBRASIL. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/matriculas-pelo-prouni-caem-34-entre-2019-e-2023-aponta-estudo/>>. Acesso em: fevereiro, 2025.

COUTO, L.; RECH, L. Desmonte ativo no governo bolsonaro: uma aproximação pela perspectiva orçamentária. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; SÁ & SILVA, Michelle Moraes de; LEOPOLDI, Maria Antonieta. Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022). Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). 2023, 1ª ed., p. 443-474.

CURY, C. R. J. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, p. 11-32, 2005.

DIULA, Gabriel. Melhores Faculdades de Arquitetura e Urbanismo: Onde fazer o curso no Brasil? 2024. Disponível em: <<https://www.t2arquitetura.com.br/melhores-faculdades-de-arquitetura/>>. Acesso em: fevereiro, 2025.

FELICETT, Vera Lucia; BATISTA, Gilza Carla Temoteo Melo; Kucybala, Fabíola dos Santos. O prouni no ingresso à universidade: desvantagens iniciais e perspectivas futuras Revista Even. Pedagog., Sinop, v. 14, n. 1 (35. ed.), p. 205-221, 2023.

FONTELE, T. L. L.; CRISÓSTOMO, V. L. PROUNI: pontos controversos sob a análise de alunos bolsistas. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 21, n. 3, p. 739-765, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior 2017. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <<http://inep.gov.br/centro-da-educacao-superior>>. Acesso em: fevereiro, 2025.

LIMA, Liliane Gonçalves Fernandes de. O programa universidade para todos (PROUNI): um estudo do perfil dos bolsistas e da perspectiva de gestores de uma instituição privada de ensino superior de Belo Horizonte. 2020. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2020.

MAPA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL. 13ª Edição, Intituto SEMESP, 2023. 296p. Disponível em: <<https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2023.pdf>>. Acesso em: dezembro, 2024.

MONTEIRO, A. M. R. G. Ensino de arquitetura e urbanismo à distância, remoto, híbrido. Para onde queremos ir? Roda de Conversa. Realizada em 24/09/2020. Revista Projetar Projeto e Percepção do Ambiente, v.6, n.1, 2021.

RELATÓRIO PARCIAL DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL. Comissão Própria de Avaliação de 2020. Faculdade Santa Maria. Cajazeiras-PB, 2021.

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (2022). Ano Base 2021. Faculdade Santa Maria. Cajazeiras-PB, 2022.

RELATÓRIO TRIENAL DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL. Relatório do Triênio 2021-2023. Centro Universitário Santa Maria. Triênio 2021-2022-2023. Cajazeiras-PB, 2024. Disponível em: <<https://unifsm.edu.br/wp-content/uploads/2024/05/21-DE-MARCO-DE-2024-RELATORIO-TRIENAL-2021-2023-VERSAO-FINAL.pdf>>. Acesso em: fevereiro, 2025.

SILVA, F. J. M.; PISCOPO, M. R.; SERRA, F. A. R. Os impactos da redução do programa de financiamento estudantil-FIES em IES privadas. IV Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade. Anais... IV SINGEP - São Paulo, SP - Brasil - 08, 09 e 10 de novembro de 2015.

UFBA. Histórico. 2020. Disponível em: <<https://arquitetura.ufba.br/ptbr/historico#:~:text=O%20Curso%20de%20Arquitetura%20foi,a%20Academia%20de%20Belas%20Artes>>. Acesso em: novembro, 2024.

ZANATTO, R.; GUADANHIM, S. J. Origem e evolução do ensino de arquitetura no Brasil. Revista Terra & Cultura, Londrina, v. 40, e3065, 2024.